

Comissão prorroga prazo até dia 24

Adiamento foi discutido com líderes partidários, que mantiveram prazos da revisão constitucional

BRASÍLIA — A CPI do Orçamento decidiu adiar por mais uma semana seu final. Pelo novo cronograma acertado ontem, as investigações e a tomada de depoimentos devem terminar até o dia 17. Até o dia 24, o relatório final deve ser redigido e votado no plenário da comissão. O novo prazo foi discutido com os líderes partidários, que inicialmente resistiam à idéia. Os líderes decidiram manter os prazos da revisão constitucional, mas é improvável que ela comece efetivamente antes do fim da CPI.

Com mais tempo para ouvir os 21 envolvidos que faltam, a CPI deverá reformular o cronograma de depoimentos aprovado na terça-feira. "Se não conseguíssemos estender o prazo, acabaríamos não investigando coisa alguma", avaliou o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP). Os governadores Edison Lobão (PFL), do Maranhão, e João Alves Filho (PFL), de Sergipe, serão ouvidos no sábado em Brasília, nos escritórios de representação dos seus Estados. O governador Joaquim Roriz (PP), do Distrito Federal, será interrogado no domingo, em sua casa.

A decisão dos líderes acabou atropelando o PMDB, que detém a maior bancada no Congresso Nacional e também o maior número de parlamentares envolvidos no escândalo do Orçamento. A executiva nacional do partido acabara de recusar, por unanimidade, a prorrogação dos trabalhos da CPI quando os líderes se acertaram a favor do adiamento. "A sociedade

pergunta onde estão os culpados, ela quer pressa nas punições", justificou o líder Tarcísio Belgado (MG), que acabou voltando atrás depois: "Realmente, sete dias vão fazer tanta diferença."

LOBÃO, ALVES
E RORIZ SERÃO
OUVIDOS NO
FIM DE SEMANA